



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO	11. SET. 1979		

MARIA DE LURDES PINTASILGO FRENTE ÀS CÂMARAS DA RTP-1

VAMOS ABRIR CAMINHO PARA UMA ECONOMIA QUE ESTEJA AO SERVIÇO DAS PESSOAS

— Não temos uma economia construída para as pessoas, mas as pessoas ao serviço da economia, e isso é uma modificação que se não opera em três meses. Estou convencida de que vamos, pelo menos, deixar o caminho para uma economia que esteja ao serviço das pessoas e não de um grande polvo que está envolvendo tentacularmente as pessoas e quase sugando o seu próprio sangue — salientou a primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, em entrevista concedida ontem à RTP-1, conduzida por Fernando Balsinha.

Começando por justificar a série de entrevistas que tem dado a meios de Comunicação Social estrangeiros, por outro lado diria que «interessa levar ao conhecimento dos nossos compatriotas o que estou a fazer e como estou a fazer». A sua nomeação suscitara interesse no estrangeiro, ao mesmo tempo que essas respostas a dúvidas próprias de cada órgão de informação ajudavam a criar uma nova imagem do nosso País e o consequente aumento de credibilidade. Nessa perspectiva, se poderia integrar a sua próxima intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas e os contactos estabelecidos com vinte representantes diplomáticos acreditados em Lisboa.

Interrogada sobre se sentiria isolada, responderia:

— «Coloquemos as coisas nos seus devidos termos. Formalmente o meu Governo está isolado desde princípio por ser um governo não partidário. Na Assembleia da República houve por parte dos partidos uma atitude diferenciada. Algumas deixaram o Governo seguir o seu caminho. Outras colocaram-lhe obstáculos. A partida o meu Governo não contou com o apoio dessas forças políticas. Não considero, no entanto, que o isolamento seja maior do que à partida».

A justificar tal asserção adiantaria dois exemplos: ao conversar com as forças políticas e sociais verificaria que havia convergência quanto à necessidade de que o país caminhe no sentido de uma maior prosperidade para todos os portugueses; em segundo lugar apresentou o facto de o seu gabinete convergirem cartas, muitas das quais a expõem

problemas reais, e outras dando conta da disponibilidade das pessoas para colaborarem com a primeira-ministra para o que fosse preciso. «Estou apoiada onde está a vida real, a população».

GOVERNO VAI SAIR DE LISBOA

Maria de Lurdes Pintasilgo abordaria a necessidade de que o Governo se desloque a regiões mais sacrificadas, deixando, por momentos, Lisboa. Nesse sentido, para a semana, vai iniciar visitas às zonas mais flageladas recentemente, por incêndios. A intenção de dialogar com o povo foi, no início do Governo, travada pela greve dos médicos e pela decisão urgente decorrente do aumento dos preços. Quanto ao primeiro entrave, consideraria que tinha havido necessidade de «salvaguardar a saúde e a vida das populações, era preciso resolver esse problema moral», o que lhe consumiu dias e noites de trabalho contínuo. Enca-

deado, seguira-se o «inevitável aumento de preços». Declarou sentir-se angustiada para encontrar uma forma que minorasse tais aumentos.

Em seguida, fez questão de informar os telespectadores do seu programa «O Trabalho em Amal», desde segunda a sexta-feira.

O PAÍS NÃO DISPÕE DE RECURSOS PARA REMEDIAR O AGRAVAMENTO DE PREÇOS

Foi abordado, entretanto, o recente aumento de preços. Explicou as duas tónicas que presidiram às medidas tomadas, afirmando que não podia dizer «que o Conselho de Ministros estivesse dividido em duas partes distintas». Foram levados em linha de conta os problemas da economia: a curto prazo era preciso que os aumentos fossem minimamente gravosos para as populações, o que significaria o prejuízo do equilíbrio económico e financeiro; a médio prazo, teria

de haver a preocupação de repor as empresas a funcionar, criando as condições económicas necessárias para se obter uma melhor qualidade e distribuição de riquezas.

Quando lhe foi perguntado quais as medidas sociais tomadas para minorar os efeitos dos aumentos, disse:

«Quero ser muito clara. O País não dispõe de recursos para remediar o agravamento de preços. Dispõe, sim, de mecanismos que levem a compensar os de menores posses. Para isso, basta pensar que temos no País um milhão de pessoas a ganharem menos de 1 500\$000. Se considerarmos o preço da alimentação, mesmo que se faça uma dieta mínima, gastam-se 1 675\$000. Isto significa que há pensões abaixo do mínimo exigível para a alimentação, o que é um drama para nós».

Por outro lado, Maria de Lurdes Pintasilgo salientaria que «Este Governo, que era um Governo de cem dias, mas é um pouco mais, está preso a um orçamento que não fez». Deixaria

expressa uma palavra de esperança para os mais novos, a quem seria necessário indicar pistas para «descobrirem para onde podem canalizar as suas energias».

REFORMADOS E IDOSOS TERÃO DIFICULDADES EM VIVEREM COM ESTE AGRAVAMENTO

A Primeira-Ministra consideraria que «a maioria da população pode aguentar a sobrecarga, como sinal da austeridade que vem assinalando a vida portuguesa, nos últimos anos». Mas, salvaguardaria: «As camadas de reformados e idosos e de todos aqueles que se encontram em situação marginal terão dificuldades em viverem com este agravamento de preços».

Realçaria que, em certos sectores, houvera a preocupação de escalonar os aumentos, nomeadamente nos transportes, que têm maior incidência social, sobrecarregando menos os que menos podem. As tarifas de energia estão a ser estudadas de modo que possam ser aplicadas atingindo em menor grau determinadas camadas sociais. E justificou-se-lhe: «Não temos uma economia construída para as pessoas, mas as pessoas ao serviço da economia». E em jeito de programa: «Estou convencida de que vamos, pelo menos, deixar o caminho para uma economia que esteja ao serviço das pessoas e não de um grande polvo que está envolvendo tentacularmente as pessoas e quase sugando o seu próprio sangue».

CRÉDITOS POR APROVEITAR

Acerca das autorizações legislativas solicitadas à Assembleia Legislativa que um desses pedidos se referia à autorização para receber do Governo holandês uma oferta de meio milhão de contos feita em 1976 para desenvolver o sector das pescas. E ainda não foi aproveitado. E remataria: «Como este, poderia apresentar, pelo menos, dez exemplos...»



O Primeiro-Ministro, sempre a sorrir, não deixou de falar em coisas muito sérias

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefs. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

MARIA DE LURDES PINTASILGO

CONT. DA PÁG. ANTERIOR

Posta a questão acerca do reflexo das negociações com o FMI no recente aumento de preços, Maria de Lurdes Pintasilgo salientaria que os contactos em curso são com o Banco de Portugal e não com o Governo. O aumento de preços foi independente desses contactos, mas esteve em relação com a situação de empresas públicas e da sua total remodelação, de modo a colocá-las em condições de rentabilidade que as tornem competitivas. A propósito dos aumentos de preços, falou dos reflexos internacionais da crise do petróleo, realçando que enquanto se verificava uma subida espectacular desses preços, nós não havíamos procedido a qualquer alteração. Recordou, entretanto, que na vizinha Espanha, no próprio dia da subida, se reuniu extraordinariamente o Conselho de Ministros para proceder a novos reajustamentos internos.

**DIALOGO
COM GRUPOS SOCIAIS
VAI CONTINUAR**

Salientando as consequências positivas dos contactos com os partidos e com os grupos sociais, diria que estes não substituiriam a Assembleia da República. Por outro lado referiria que esse diálogo continuaria, já que constituiria

um primeiro passo, tanto quanto possível frequente, para auscultar inclusive, todas as formas de organização da população, para o Governo poder decidir com maior nitidez.

Finalmente, foram abordadas as medidas que o Governo tinha em vista para além dos cem dias. Maria de Lurdes Pintasilgo salientaria que os critérios fundamentais decorriam das preocupações claras expressas no Programa do Executivo. Em primeiro lugar, tentaria garantir outras condições de existência para a população, incrementando as medidas que visem uma maior

produção agrícola, estimulando, ao mesmo tempo, as condições de vida do mundo rural. Por outro lado seria absolutamente necessário reorganizar a máquina administrativa, que tem 400 000 funcionários e serve milhões de habitantes. Denunciaria que há serviços que não funcionam, com as conseqüentes queixas justíssimas face a atrasos de consultas, face a atrasos no pagamento de pensões.

Quanto ao futuro, Maria de Lurdes Pintasilgo encará-lo-ia de duas maneiras: a sério, realçaria que as eleições intercalares iriam permitir ao Presidente da Repú-

blica conhecer qual o querer comum dos portugueses e assim formar um Governo de acordo com a distribuição das forças políticas. «Creio que este Governo seja o último Governo não-partidário. Posso dizer que gostaria que este tempo permitisse aos portugueses uma possibilidade de reflexão, sem se pretender intoxicar a opinião de cada um. O povo, no fundo, sabe bem o que quer. Tem confiança nos que são honestos».

E concluiu:

«A brincar, diria que já me chamaram muita coisa, mas bruxa é que não sou...».